

Encarte
Tribuna de Debates
Os artigos para a próxima
edição deverão ser entregues
até o dia 10 de abril

A Classe Operária

Ano 71 - 6ª Fase - nº 131 - Março de 1995 - R\$ 1,00



PROLETÁRIOS DE TODOS
OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Contra a revisão entreguista, antidemocrática e anti-social

Esta é a íntegra da resolução política da Comissão Executiva do Diretório Nacional do PCdoB sobre a revisão constitucional proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. É decisão da Comissão Política que a luta contra a reforma constitucional deve estar no centro da atividade do Partido em todas as suas instâncias

1 - O governo de Fernando Henrique Cardoso mostrou a que veio e desnudou seu caráter antinacional e antipopular. Enviou nas últimas semanas ao Congresso Nacional o primeiro pacote de propostas de emendas constitucionais, com o que, na prática, tenta retomar a revisão da Carta de 1988, derrotada fragorosamente no ano passado.

Contrariando declarações oficiais de que proporia as emendas uma a uma e começaria pelas reformas tributária e fiscal, o governo elaborou nada menos que um lote de cinco propostas de emendas constitucionais, todas elas referentes à ordem econômica. Desse lote constam as seguintes emendas: sobre o monopólio das telecomunicações; o monopólio estatal do petróleo; a alteração do conceito de empresa brasileira a fim de abrir ao capital estrangeiro a exploração do subsolo; a concessão de serviços locais de gás canalizado e abertura da navegação de cabotagem e do interior a empresas estrangeiras. Como se vê, muito ao contrário do que se propalou, as propostas governamentais não partem da atualização de tópicos da Constituição, como seriam as reformas tributária e fiscal, mas de questões diretamente ligadas à soberania e à independência do país. O objetivo é retirar da Carta Magna os dispositivos que resguardam a soberania nacional. Além disso, anuncia-se para breve a chamada reforma do sistema previdenciário, cortes em históricas conquistas dos trabalhadores, reestruturação do Estado e alterações profundas no sistema eleitoral e partidário.

Não é casual a inversão da pauta, como não surpreende a alteração do cronograma anunciado anteriormente. Refletem as pressões dos imperialistas, para os quais as reformas constitucionais prioritárias são aquelas que dizem respeito à

quebra das barreiras à completa subordinação da economia brasileira ao capital estrangeiro.

Por outro lado, ao anunciar uma coisa e fazer outra, o titular do Planalto revela que o embuste e a tentativa de confundir a opinião pública constituem traços marcantes do seu estilo de governar.

2 - Nessa linha de tergiversação, o governo de FHC argumenta que a revisão constitucional é indispensável para adaptar o país à "modernidade" e à economia globalizada, inadiável a fim de supostamente desatar os nós que estrangulam o desenvolvimento do país. Demagogicamente, afirma que com o Estado falido e o desenvolvimento sustado, não há condições objetivas para atender as exigências sociais nem para cumprir as determinações constitucionais voltadas ao provimento do bem-estar social. Oferece como panacéia para a crise a abertura da economia ao capital estrangeiro, pretensamente impedida pela Constituição. Rematada falácia, posto que os setores fundamentais da economia nacional nas áreas produtivas e de serviços e até mesmo na agricultura, são dominados pelo capital estrangeiro há várias décadas. As limitações interpostas pela Constituição dizem respeito tão somente ao resguardo da independência do país em domínios estratégicos, como do petróleo, da energia elétrica, das telecomunicações, da exploração do subsolo, sem o que o futuro do país ficaria irremediavelmente comprometido, reduzido que seria à posição de vassalo das grandes potências internacionais.

Contudo, as dificuldades que o país atravessa não estão nas salvaguardas constitucionais das riquezas, de parte do mercado e dos interesses nacionais. Resultam de uma dependência crônica, do pa-

gamento de dívidas externas que o país já pagou e continua pagando, do comprometimento das finanças públicas com o pagamento de dívidas internas que só beneficiam o capital financeiro especulativo, enfim, da direção desastrosa do país pelas classes dominantes, de suas políticas antinacionais e anti-populares que tornam os ricos, em número cada vez menor, mais ricos, e os pobres, em número cada vez maior, mais pobres.

Na verdade, o que o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso pretende é implantar no país um novo sistema político-econômico - subordinado e neocolonial - adaptado às exigências da ordem mundial imperialista, em todos os sentidos funesta à soberania nacional, ao bem-estar do povo e ao progresso social.

3 - A fim de facilitar a aprovação de suas propostas e neutralizar a oposição das forças democráticas e patrióticas, o governo procura escamotear a intenção de liquidar os monopólios estatais, alegando que apenas irá "flexibilizá-los". Engodo! As propostas do governo levam de fato ao fim de ditos monopólios.

A Constituição estabelece o monopólio da União sobre a pesquisa, a lavra, a refinação, o transporte marítimo e a importação/exportação de petróleo, conforme o disposto nos incisos I a IV do artigo 177 da Constituição Federal. Ora, a emenda constitucional proposta pelo governo estabelece que "a União poderá contratar com empresas privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo (art. 177), observadas as condições que a lei estabelecer". A proposta quebra o monopólio da União, o que é inaceitável, mor-

estratégico. O governo seguiu o mesmo princípio quanto ao monopólio das telecomunicações. Declarando para efeito demagógico que manterá o monopólio, propõe uma nova redação ao inciso XI do artigo 21 da Constituição, sumprimindo dele a exigência de que a exploração dos serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações seja feita **apenas por empresa sob controle acionário estatal**.

4 - O Partido Comunista do Brasil considera que se está diante de situação de suma gravidade para os destinos do país. Nos termos, na profundidade, na dimensão e amplitude com que se apresentam, as propostas de emendas constitucionais formuladas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso constituem sério atentado à soberania nacional e aos interesses populares. Em última instância, as reformas pretendidas pelo governo constituem ato de traição nacional e de agressão aos direitos do povo. Torna-se ainda mais ameaçadora a situação porquanto surgiu das últimas eleições uma correlação de forças desfavorável aos segmentos que defendem a democracia, os interesses nacionais e populares. Venceu a direita, que conquistou a presidência da República e numerosas bancadas no Congresso, que têm seu eixo firmado em torno do PFL, do PPR, do PTB, do PSDB e de parte do PMDB. Embora apresentando-se como "social-democratas" e ainda depositários da confiança de esferas da intelectualidade progressista, Fernando Henrique e seu partido fazem o jogo da direita, colocam-se a serviço de espúrios interesses antinacionais e a eles se subordinam. Malgrado tudo isso, o PCdoB considera que há ponderáveis forças no Congresso e na so-

continua na página 2

cidade que se opõem ou são suscetíveis de se opor às pretensões de Fernando Henrique.

5 - O Partido Comunista do Brasil opõe-se à reforma geral da Constituição, à mudança do seu sentido essencial, que redundaria numa remodelação fundamental no modo como está concebida a organização jurídica da sociedade. Tal procedimento resultaria, na prática, na elaboração de nova Constituição, tarefa de que só se poderia incumbir um poder constituinte originário, cuja fonte fosse a soberania popular. É inadmissível reescrever a Constituição, lei maior do país, através de emendas, mecanismo que se presta apenas a realizar modificações tópicas.

6 - Em face de tão perigosas ameaças aos destinos da nação e aos direitos do povo brasileiro, é urgente a mobilização dos partidos políticos democráticos e progressistas, dos deputados e senadores que mesmo pertencendo a agremiações que se proclamam favoráveis à reforma da Carta, não se conformam com o intolerável entreguismo do governo nem com a submissão do país aos imperialistas internacionais. É necessário esclarecer a opinião pública, opor-se por todos os meios às tramas dos inimigos do país, ir às ruas, convocar o povo, os trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, militares e suas organizações representativas para lutar contra a revisão entreguista, antidemocrática e anti-social.

Se o povo brasileiro resistir, sairá vitorioso e abrirá caminho para novas conquistas, rumo à construção de uma nação soberana, democrática e progressista.

São Paulo, março de 95
A Comissão Executiva do Diretório Nacional do PCdoB

Extrema subserviência

Parecia ter ficado sepultada num passado que nunca mais voltaria a frase "o que é bom para os Estados Unidos é bom Brasil", de Juracy Magalhães, quando chanceler do primeiro governo da ditadura militar do general Castelo Branco. Mas eis que ressuscita, não apenas como retórica, mas como fato escabroso a denunciar o caráter entreguista das classes dominantes e dos atuais governantes brasileiros.

O ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser Pereira, após receber com todas as honras e pompas, o consultor do governo dos Estados Unidos, David Osborne, disse que a reforma do Estado brasileiro terá como base o modelo americano. O Ministro de Fernando Henrique anunciou que o consultor do governo Clinton será contratado para asses-

soriar o governo brasileiro nessa reforma. Bresser Pereira afirmou ainda que o governo americano poderá bancar a contratação de David Osborne para o governo brasileiro, como assalariado do próprio governo americano ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma das instituições do capital financeiro internacional mais interessadas na reforma do Estado. Em almoço com o ministro da Administração do governo de Fernando Henrique Cardoso, o assessor de Clinton não poupou palavras para dizer a que vem: "É preciso transformar organizações burocráticas, centralizadas (leia-se nas mãos do Estado) em organizações muito mais descentralizadas e flexíveis" (entenda-se, nas mãos da iniciativa privada). Osborne arrematou pregando o fim da estabilidade

do funcionalismo público e fazendo elogios ao ensino pago: "As escolas pagas oferecem melhores serviços".

A indignação nacional contra tão desavergonhado entreguismo do governo brasileiro e tão cínica interferência nos assuntos internos do país foi manifestada na Câmara Federal na sessão do dia 15 de março pela deputada federal Socorro Gomes (PCdoB/PA). Ela disse que a atitude do ministro Bresser Pereira é "de traição nacional e de extrema subserviência". Segundo a deputada Socorro Gomes, "é um absurdo chamar o governo dos Estados Unidos para pensar o Estado nacional e operar a chamada reforma da administração". Socorro Gomes conclamou seus pares e o povo brasileiro a expressar o mais veemente repúdio à atitude abjeta e subserviente do go-

verno de FHC. A deputada disse ainda que "agindo assim, Bresser Pereira desvenda o verdadeiro caráter do conjunto de emendas constitucionais propostas pelo governo de Fernando Henrique ao Congresso Nacional, todas elas entreguistas e anti-sociais".

Para a deputada comunista, "do mesmo modo que contrata os serviços do governo norte-americano para promover a reforma da Administração e do Estado, o governo de Fernando Henrique promete ao capital financeiro internacional liquidar os monopólios do petróleo, das telecomunicações, da navegação de cabotagem e mudar o conceito de empresa brasileira, a fim de facilitar a participação do capital estrangeiro na exploração do subsolo e acabar com as salvaguardas ao desenvolvimento nacional contidas na Constituição".

Conversa entre camaradas

Há muito tempo não encontrava a juventude politizada do meu país. Meus contatos repetem-se diariamente com velhos companheiros, alguns, como eu, marcados pela luta política, mas todos prontos a se manifestarem novamente na defesa do nosso povo tão empobrecido, da justiça social tão desprezada, da nossa soberania.

E foi no meu escritório de Copacabana que recebi os representantes do PCdoB e da UNE numa singela homenagem que muito me emocionou, a lembrar tempos passados e nós, como eles, a participar da luta política.

As contradições da vida, Prestes a responder, altivo, com o sangue a correr na bo-

ca, no Tribunal de Segurança, seus nove anos de cárcere e em 45, ele de volta, aplaudido no estádio do Vasco da Gama por milhares de pessoas. E, a seguir, a vitória contra o nazismo, os tempos heróicos do socialismo, o desastre de 90 na União Soviética e logo após o capitalismo em crise a tentar novas formas de exploração imperialista.

E ali estavam meus jovens amigos a analisar tudo isso com a força e a irreverência da juventude.

Gostei da conversa, de senti-los cheios de entusiasmo, de ver que os problemas que vivemos não os perturbam, que para eles o futuro é limpo, o céu azul, coberto de esperanças.

E gostei, principalmente,

de constatar como se debruçam nos problemas brasileiros, como sabem integrá-los nessa miséria imensa que corre pelo mundo, como são fiéis às idéias do socialismo, aceitando, como eu, que o fracasso soviético foi um acidente de percurso, que as idéias de Marx não morreram, que delas vai surgir o mundo melhor que pretendemos.

E agradei-me também sentir como o drama de Cuba os apaixonou, como respeitam a bravura da revolução cubana e a necessidade de saber arriscar quando a vida se degrada e o mundo se faz escuro demais.

E pensei ponderar-lhes que o momento brasileiro sugere reflexão, que certos problemas ainda estão se

equacionando, que cabe preservar este otimismo que para a pobreza brasileira parece ser a última esperança.

Mas prevaleceu o entusiasmo juvenil que traziam no peito e como eles, passei a considerar que alguma coisa exige contestação antecipada, como a defesa da Petrobrás, da Vale do Rio Doce, da nossa soberania.

Meus amigos partiram e sozinho fiquei a olhar o cartaz de Marighela pregado na parede e ele a sorrir para mim como se tivesse assistido esse encontro de confraternização política.

(Oscar Niemeyer, arquiteto - transcrito do Jornal do Brasil, 15-03-95).

A Classe Operária
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNIVOS!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - Rua Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Rua Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - Rua Luiz Antony, 762 - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Avenida Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - Rua José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - Rua São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704 BL G Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - Rua Professor Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Avenida Anhangüera, 3595 - Edifício São Luiz - Sala 3 - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - Rua da Viração, 115 - Centro - (098) 221-5053 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - Rua padre Belchior, 285 - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua Maracaju, 249 - Sala 15 - MATO GROSSO - Cuiabá - Rua Comandante Costa, 548 - Fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - Rua Senador Manuel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARANÁ - João Pessoa - Rua Pedro II, 932 - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - Rua Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - Rua Desembargador Freitas, 1216 - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - Rua André de Barros, 26 - Casa 5 - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de maio, 33 - 16º andar - conjunto 1601 - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Rua Vaz Gondim, 86 - Praça Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - Rua Tenreiro Aranha, 3216 - Orlaria - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Mario Homem de Melo, 1051 - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - Rua Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 225-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Rua Anita Garibaldi, 128 - 2º andar - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - Rua Lagarto, 890 - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - Rua Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 607-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962B.

O golpe de misericórdia

Tramitam no Congresso Nacional as primeiras de uma série de "emendas" à Constituição, tornadas públicas pelo Presidente da República em entrevista coletiva. Tudo ali combina, sorratamente, a torpeza com o embuste. As pretendidas reformas modernizantes, tentadas ao arripio da legalidade jurisdicional, são um golpe de misericórdia no que resta de patrimônio econômico nacional, soberanamente preservado até aqui com muita dificuldade.

Se a revisão constitucional de 1993 - afinal derrotada - era espúria, que dizer da que agora é tentada pelo governo FHC! Não se trata de uma que outra modificação na Constituição, passível de ser feita pelo recurso da "emenda", previsto no artigo 60. "Nesse primeiro conjunto... nós nos referimos à ordem econômica" - disse o Presidente na entrevista. "Vamos apresentar, na semana que vem, as matérias relativas à previdência social e, em seguida, vamos apresentar os textos da reforma financeira. Isso não esgota a agenda... A reforma política é muito importante (...) Oportunamente, faremos as reformas de outras áreas".

São, portanto, alterações substanciais, que, se efetivadas, resultarão na elaboração contemporânea de uma outra Carta Magna, diferente da promulgada em 1988. Ora, estamos frente a um incontestado ato jurídico ilegal, um inequívoco gesto político espúrio. Não se processou alteração da ordem institucional que justifique a elaboração de nova Constituição, nem tampouco os eleitores deram aos parlamentares congressistas atribuições constituintes.

Golpe de traição

A manobra começou, não como anteriormente anunciado, pela reforma fiscal e tributária, mas pela ordem econômica, justo onde há alguma salvaguarda constitucional para os interesses nacionais. O dramático, a evidenciar o golpe de traição, é que o governo mudou de rota na mesma medida em que aumentaram as ameaças de desestabilização de seu Plano Real: aumento das importações superior ao das exportações, fazendo prever, no mínimo, um menor saldo da balança comercial deste ano (desde novembro do ano passado até fevereiro último, o saldo, mês a mês, é negativo); maior saldo negativo da balança de serviços (por onde transitam despesas como a do pagamento dos juros da dívida externa). A estimativa é de que esse saldo seja, em 1995, de pelo menos US\$ 15 bilhões, contra US\$ 13.90 bilhões no ano passado. Certamente, o Banco Central deverá sacar das reservas brasileiras para cobrir os saldos negativos que se avizinham na medida em que não há mais o maciço ingresso de capitais (especulativos em sua maior parte). Ao contrário, com a eclosão da crise mexicana, há uma incessante fuga de capitais estrangeiros. É nessa "desova" que está o epicentro das ameaças ao Plano Real. Sua sobrevivência depende dos "inves-



timentos de fora" como, para viver, precisamos do ar que respiramos. Entre janeiro e fevereiro últimos, o déficit do movimento de entrada e saída de capitais no Brasil totalizou R\$ 3.3 bilhões. E nos primeiros seis dias de março se aproximou dos R\$ 300 milhões.

Abertura total

O que está em questão para o governo é como sempre se fez até aqui, oferecer concessões de maneira a atrair o capital estrangeiro. No limite, e acuado pelo entreguismo praticado, o governo chegou ao inevitável, ao ponto cobinado: a abertura total. As emendas eliminam as vantagens constitucionais às empresas brasileiras de capital nacional (artigos 170 e 171 da CF); permitem que empresas estrangeiras participem da pesquisa e lavra de recursos minerais e do aproveitamento de potenciais de energia elétrica (parágrafo 1º do artigo 176); põem fim à exclusividade de empresas estatais estaduais explorarem os serviços locais de gás canalizado (parágrafo 2º do artigo 25); abrem a navegação de cabotagem a estrangeiros (parágrafo 3º do artigo 178); eliminam o monopólio da União sobre atividades do setor petrolífero (parágrafo 1º do artigo 177) e dão o mesmo desfecho ao setor de telecomunicações (inciso XI do artigo 21 da CF).

Uma leitura atenta das emendas identificará a armadilha da chamada desconstitucionalização. Com esse ardil, propõe-se retirar da Constituição o que preserva os interesses nacionais, deixando para a lei ordinária regulamentar a ação ilimitada que se quer assegurar ao capital estrangeiro. Capciosamente, o governo minimiza a repercussão entreguista de suas proposições, pretextando que o momento é de aprovar as alterações na Constituição. Em seguida, o Congresso Nacional e a sociedade debaterão os termos em que as concessões serão feitas - iludem os porta-vozes governistas.

Estaremos neste momento diante da inominável circunstância de emendas constitucionais serem regulamentadas por meio de medidas provisórias, recurso usado pelo Poder Executivo para legislar.

O Sofisma da flexibilização

A desconstitucionalização que inspira as emendas à Constituição sugere o sofisma da "flexibilização" dos monopólios do petróleo, exercido pela Petrobrás, das telecomunicações praticado pela Telebrás e dos serviços telegráficos oferecidos pela Empresa de Correios e Telégrafos - ECT.

Apenas no plano formal o monopólio se mantém com a União, porque de fato ele se extingue com a aprovação das emendas propostas pelo governo. A partir daí, no caso do petróleo, por exemplo, "a União poderá contratar com empresas privadas" a realização das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, importação e exportação de óleo negro, gás e derivados, bem como o transporte marítimo de petróleo, derivados e gás natural, inclusive por meio de dutos. A Petrobrás, portanto, perde a exclusividade, absolutamente intransferível em se tratando, tanto quanto nas telecomunicações, de segmentos estratégicos para o exercício da soberania de Estado, em suas mais diversas esferas.

Procura-se atribuir ao petróleo e às telecomunicações o mesmo estatuto legal que a Constituição assegurou para os "serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens". Pelo inciso XII, alínea a do art. 21, a União pode explorar esses serviços diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão. Sabemos como isso foi parar no odioso monopólio que a Globo exerce na mídia eletrônica ou como esse poder concedente da União tem se prestado a falcaturas de todo tipo e ao reforçamento do mando político de oligarquias.

Lucro máximo

Não tem substância o argumento diversionista de que a "flexibilização" em tela viabiliza à Petrobrás estabelecer parcerias em empreendimentos específicos de sua atividade. O monopólio estatal consagrado na Constituição não é impeditivo. Ainda agora, informa o faxpaper Notícias da Petrobrás, a empresa e a Exxon Química Ltda., "vão produzir, em parceria, fluídos especiais para atender à in-

dústria química. A Exxon investirá na construção da unidade industrial, que contará com matérias-primas e insumo básicos fornecidos pela Petrobrás".

Com o monopólio público enfraquecido, praticamente se inviabiliza o potencial de socializar a oferta dos produtos e serviços de estatais como a Petrobrás (a BR Distribuidora também), a Telebrás e a Eletrobrás. Não há como, numa economia dependente e profundamente exposta a deletéria dos monopólios privados, armar a sociedade de institutos regulatórios fortes que permitam articular a "flexibilização" do monopólio da União com a preservação ampla do interesse público. Aliás, foi o próprio governo que, antecipando-se à quebra do monopólio do petróleo e para bem sinalizar aos grupos privados, já começou, no início de fevereiro, a negociar com o Sindicato dos Distribuidores de Combustíveis o fim da política de subsídio oficial. Por ele, os preços do álcool, da gasolina e do óleo diesel são os mesmos em todo o país, independente da distância dos revendedores das refinarias. Passa-se, a partir da assinatura do acordo, ao chamado "preço de mercado", uma das condições para o desejado lucro máximo da iniciativa privada.

Nem tudo que reluz é ouro

A mentalidade de vassalagem, contemporaneizada, orienta as elites econômicas e políticas de nosso país não apenas para ceder os monopólios da União. Aqui, para "modernizar" os sabujos tupiniquins querem abrir a estratégica navegação de cabotagem a estrangeiros. Nos EUA, na França, na Inglaterra, na Itália, na Holanda e em Israel a legislação relativa à política de transporte naval dispõe de instrumentos jurídicos que protegem a indústria naval nacional.

Sem opor-se ao capital estrangeiro, mas atenta à proteção do interesse nacional, a legislação americana de 1992 (14 de fevereiro) disciplinou que apenas as empresas americanas podem obter benefícios creditícios e financeiros oferecidos a empresas dos setores de tecnologia emergentes que possuam capital majoritário ou controlado por americanos. Entre nós, o Presidente declara solene e pomposamente que a "modernidade" exige liquidar a fronteira entre a empresa brasileira e a multinacional.

FHC pretende fazer crer à sociedade que tudo que reluz é ouro, sem o ser. "Essas reformas são exigências do país - disse ele ao apresentar à imprensa as emendas à Constituição. E agregou: "O espírito das reformas é melhorar, dar mais, garantir salários reais, garantir aposentadoria condigna para todos os brasileiros". Em resumo, o Brasil precisa alterar a Constituição de maneira a escancarar sua economia ao capital estrangeiro. Pelo menos desde o golpe militar de 1964, o Brasil reza por essa cartilha. O México e a Argentina também. (Edra Brito - Economista, membro do CC do PCdoB)

O Partido Comunista do Brasil decidiu que 1995 vai ser o ano do seu crescimento. Crescimento político, ideológico, organizativo e de um grande aumento no número de filiados. Por isso, mal começou o ano e atividades para debater a atuação das várias frentes, já foram realizadas. Diversos seminários buscaram sistematizar o trabalho já existente e elaborar melhor o que deverá ser feito para que o partido cumpra com êxito esta meta.

Atividade parlamentar é ligada à ação do partido

Entre os dias 3 e 4 de fevereiro aconteceu o seminário nacional com os parlamentares do PCdoB. Participaram os deputados federais, estaduais e alguns vereadores. O encontro debateu os fundamentos teóricos do partido e tentou sistematizar a experiência dos comunistas nesse campo de atuação, além de outros temas.

O líder do PCdoB na Câmara Federal, Aldo Rebelo, caracterizou essa como uma importante frente da atividade partidária, principalmente nas condições jurídicas, históricas e da luta social e de classes no Brasil e no mundo.

Segundo Aldo, o parlamentar comunista tem uma dupla representação. É mandatário do Partido e também de seus eleitores. "Por essa dupla responsabilidade, temos a obrigação de prestar contas do nosso mandato ao partido e aos eleitores. Se não conseguirmos cumprir, de forma diferenciada, cada um desses mandatos, acabaremos ficando aquém do que poderíamos contribuir com o partido, ou aquém do que poderíamos servir como instrumento de ação política, de educação política dos eleitores. Isso não é uma questão secundária. Nossa experiência aponta problemas justamente nessa dupla relação", afirma Aldo.

Ajustar o exercício do mandato nessa dupla representação não é só um problema técnico,

de ter uma boa assessoria. É um problema ideológico, de compreensão do significado dessa dupla representação, e é político, porque a atividade do parlamentar deve ser ligada à ação política do partido. É também organizativo, porque exige que o gabinete seja organizado de forma a poder responder a essas duas tarefas.

Aldo acredita que, no Brasil, devido a luta política e social, a atividade parlamentar tem um peso particular e específico, próprio. Apesar do parlamento ser uma instituição que não consegue expressar a vontade do povo e ser deformada por vários mecanismos, essa é a instituição em que as classes dominantes têm mais dificuldade para levar às últimas consequências a manipulação segundo seus interesses. Por isso, essa campanha de descrédito e desmoralização do parlamento. "Das instituições clássicas, o parlamento é, ainda, a mais democrática. Ali estão os comunistas, os sindicalistas, mesmo que cada vez mais, procure afirmar a representação dos ricos e poderosos e diminuir a dos pobres. Dentro do Congresso ou de uma assembleia há um espaço de autonomia do proletariado, do movimento popular, através de seus representantes." Por outro lado, a burguesia manipula como quer o executivo, o judiciário e a imprensa.

O trabalho dos parlamen-

tares comunistas deve ser fruto da ação consciente, planejada e dirigida. Isso é difícil porque, além da pressão do movimento espontâneo, existe a pressão da instituição parlamento, para que o mandato seja coisa de um indivíduo. "É como se fossemos 503 partidos. As classes dominantes não tem essa tradição de partidos, de decisões, de orientação, de ação coletiva. No nosso caso não. A ação coletiva é uma coisa importante, não só no âmbito parlamentar como do partido. Às vezes, precisamos fazer algo importante e a base do partido se incorpora, em manifestações que atraem sindicatos, a intelectualidade e outros setores. Precisamos fazer isso mais permanentemente, porque trabalhamos contra uma tradição, um esquema, contra o hábito milenar de que as coisas sejam feitas desse jeito, e, às vezes, o sujeito nem se lembra de que é membro de um partido."

Outro aspecto abordado por Aldo Rebelo é o parlamentar como relações públicas do partido. "Os parlamentares comunistas têm que combinar a sua representação de classe com uma atitude de muita amplitude e flexibilidade, tem que abrir portas, fazer com que o partido tenha, como dizia Benedito Cintra, "um milhão de amigos". Isso é condição indispensável para superarmos os desafios e garantir os espaços de liberdade para o PCdoB.

CSC prioriza luta contra a reforma constitucional

Em seminário nacional realizado nos dias 3, 4 e 5 de fevereiro, em São Paulo, a Corrente Sindical Classista, a segunda maior tendência no interior da CUT, decidiu priorizar a luta contra a reforma constitucional já desencadeada pelo governo FHC. Na avaliação da CSC, este será o centro dos embates políticos no próximo período da luta de classes no país.

Para adotar esta resolução, o encontro, que reuniu cerca de 200 lideranças sindicais de 20 Estados da Federação, aprofundou o estudo sobre a evolução da conjuntura e os desafios do sindicalismo. Temas candentes, como neoliberalismo, Mereosul, Contrato Coletivo de Trabalho, Previdência Social e mudanças no mundo do trabalho foram amplamente discutidos.

O seminário reuniu personalidades políticas e intelectuais de diferentes visões, o que propiciou polêmicas instigantes e elucidadoras. Entre outros, participaram do evento Luiz Fernandes, João Macha-

do, Paulo Schiling, Rafael Freire, Jandira Feghali, João Guilherme Neto, Ulisses Ridell, Magnus Farkatt, Fernando Fidalgo, Luis Paulino e Nilton Vasconcelos.

Os participantes aprovaram um plano de ações e outro de estruturação da CSC. Do ponto de vista político, a CSC decidiu intensificar a discussão nas bases sobre as medidas de cunho neoliberal do governo FHC. Conforme a análise dos participantes, esta ofensiva tende a se materializar na reforma já em andamento. Esta, apesar da forma diferente, tem o mesmo conteúdo retrógrado da frustrada revisão constitucional.

Com esta manobra, as elites pretendem acelerar o processo de implementação do neoliberalismo no Brasil. A reforma constitucional é vista pela burguesia como a tábua de salvação para o seu projeto de modernidade excludente. Segundo o receituário do neoliberalismo, ela visa aviltar a soberania nacional, desmontar o Estado, golpear os poucos direitos sociais dos trabalhadores e

restringir ainda mais a democracia, tornando-a uma peça meramente formal.

De imediato, a CSC pretende mobilizar os trabalhadores e a sociedade na denúncia da reforma constitucional. Estrategicamente, o objetivo é evitar a aprovação das emendas mais claramente identificadas com o projeto neoliberal. Nesse rumo, a CSC priorizará a luta em defesa do monopólios do petróleo e telecomunicações, contra as mudanças na Previdência Social e o fim da estabilidade no setor público, contra o voto distrital misto, etc.

Do ponto de vista organizativo, o objetivo é dar maior estrutura, agilidade e visibilidade para as ações da CSC. Com esse objetivo, foi eleita uma nova coordenação nacional. Quanto à CUT, apesar dela ter adotado uma postura crítica diante da reforma constitucional, ainda padece de certo imobilismo. A CSC pretende interferir nos fóruns da central para exigir um comportamento mais dinâmico e ostensivo da CUT nesta batalha.

Ousadia é condição para desmascarar governo de FHC

Para debater o marxismo e o Programa Socialista do PCdoB, a situação nacional e internacional, ciência, tecnologia e educação, além do movimento estudantil, dezenas de lideranças estudantis realizaram os seminários nacionais de secundaristas e universitários, no final de janeiro e início de fevereiro, respectivamente.

A inteligência e a ousadia deverão ser marcas da oposição ao projeto neoliberal, e a própria condição para desmascarar o governo FHC.

O governo FHC age de acordo com o FMI e o Banco Mundial, interessados em limitar a produção científica e tecnológica nacional a fim de garantir o monopólio das descobertas científicas e inovações tecnológicas para as empresas transnacionais e institutos de pesquisa do G-7. O Banco Mundial afirmou em um de seus relatórios, "serem dispensáveis universidades no Brasil!"

A tática do governo FHC é lançar uma cortina de fumaça para ocultar os reais problemas da educação no Brasil. Nesse sentido realçam o tema do vestibular e fazem a falsa polêmica do ensino básico versus ensino universitário. Em 1992, por exemplo, União, Estados e Municípios gastaram (ou melhor, investiram) 3 bilhões de dólares no ensino superior 8 bilhões no ensino básico. Em 1995 a União pagará de dívida externa oito vezes o que investirá nas universidades federais. Esses dados dizem por si, e o movimento estudantil vai exigir mais verbas para todos os níveis da educação, denunciando a aplicação do dinheiro do Fundo "Social" de Emergência.

Os comunistas devem esclarecer aos estudantes sobre a linha mestra da política educacional do governo federal: a desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação e a gradual privatização, propostas como a extinção da vinculação de 18% e 25% nos orçamentos da União e de estados e municípios, a estadualização das universidades e escolas técnicas federais; o fim da gratuidade; a avaliação das escolas, pela qual as "de qualidade" receberiam mais dinheiro e as outras menos, restando a estas serem financiadas pela comunidade e por empresas privadas. O significado é a exclusão para muitos, a qualidade e o conhecimento mais avançado só para poucos, nos "centros de excelência". Em relação à democracia, querem impedir as eleições diretas para reitores e diretores e o funcionamento dos colegiados.

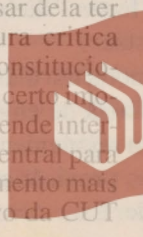
Levantaremos bandeiras da qualificação, do financiamento adequado e da expansão da rede pública, com dados, aliando a elas a perspectiva de uma educação para todos, de qualidade, vinculada às necessidades populares e às exigências do desenvolvimento nacional.

A orientação discutida nos seminários é priorizar a luta por uma nova lei de mensalidades, impulsionando a campanha Assine!, que visa arrecadar mais de 1 milhão de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular da UNE e da UBES, além de incentivar a mobilização dos estudantes e as ações na Justiça para barrar os aumentos.

Na atual fase do movimento estudantil, pós Fora Collor e impeachment, é complexo e animador o desafio de continuar ampliando o prestígio das entidades estudantis. É necessário um trabalho político intenso dos comunistas que, apoiados na organização partidária e com estilo criativo e inovador, precisam combater as manifestações de cupulismo e burocratização, de comodismo, compreender e agir baseados nas expectativas dos estudantes, enfim, enraizar o trabalho das entidades estudantis, ampliando a participação.

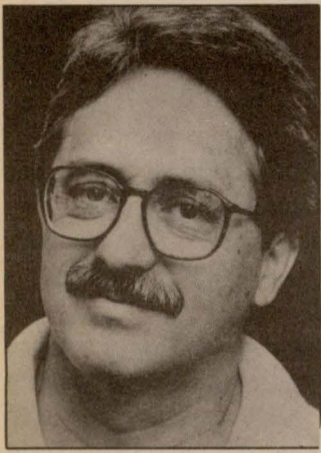
No caso dos secundaristas a principal atividade é a campanha Construa seu grêmio. É importante defender a unidade, a unicidade, a pluralidade de idéias e a democracia nas entidades estudantis.

No calendário de 1995 estão destacados dois eventos importantes. O 44º Congresso da UNE (maio) e o 31º Congresso da UBES (julho). Na preparação dos dois congressos é decisiva a atuação planejada de todos os comunistas, a fim de dar passos decisivos para a unidade e a conquista ampla da Fundação Maurício Grabois e seus aliados no movimento estudantil brasileiro.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Deputados federais eleitos pelo PCdoB



Aldo Arantes - Goiás

Advogado, Aldo Arantes retorna à Câmara Federal nesta legislatura. Já foi deputado federal por dois mandatos (83/86 e 87/90). Foi membro da Comissão Parlamentar que investigou a dívida externa brasileira e das comissões de Constituição e Justiça e Educação da Câmara Federal. Vice-líder do PCdoB na Assembléia Nacional Constituinte. Em 92, foi o vereador mais votado de Goiânia.

Foi presidente da União Nacional dos Estudantes de 1961 a 1962 e, quando deputado, apresentou projeto de lei que legalizou a UNE e recriou os grêmios livres.

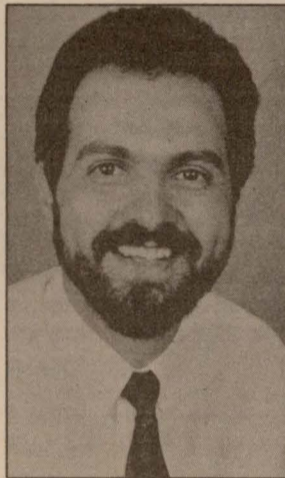


Jandira Feghali - Rio de Janeiro

Jandira filiou-se ao PCdoB em 1981. Neste mesmo ano foi eleita presidente da Associação dos Médicos Residentes do Rio de Janeiro. Em 1984 comandou a greve da categoria. Foi diretora do Sindicato dos Médicos. Em 1986 foi eleita, pelo PCdoB, a deputada mais votada para a Assembléia do Rio de Janeiro. Em 1990 foi eleita deputada federal. E membro da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara. É do Conselho Consultivo da União Brasileira de Mulheres e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

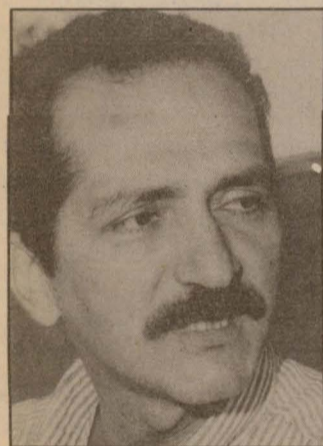
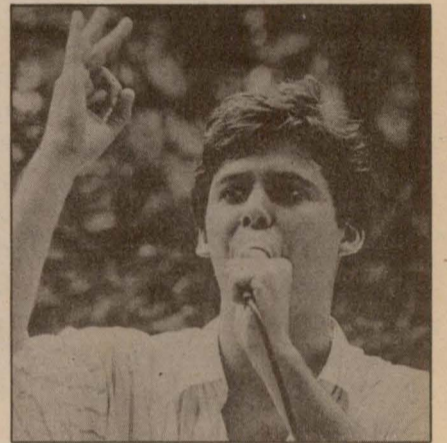
Agnelo Queiroz - Distrito Federal

É médico e foi diretor de entidades da área de saúde, como a Associação Médica de Brasília, Federação Nacional dos Médicos e Associação dos Médicos Residentes, da qual foi presidente. Ex-presidente do PCdoB em Brasília, foi eleito deputado distrital em 90, onde realizou um dos mandatos mais produtivos da Câmara Distrital, aprovando nove leis e apresentando 64 projetos, beneficiando diversos setores da sociedade. Presidiu a CPI das mensalidades que desmascarou o cartel dos donos das escolas em Brasília. Presidiu ainda a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, combatendo todo tipo de violência.



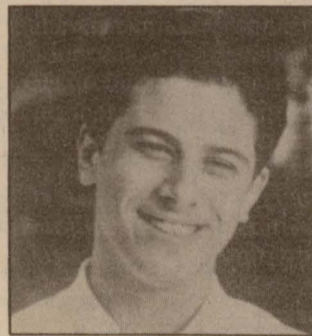
Lindberg Farias - Rio de Janeiro

É o símbolo dos caras-pintadas. Foi eleito presidente da UNE em 92 e, em sua gestão foi realizado o movimento pelo impeachment do presidente Collor de Mello, que mobilizou grande parcela da juventude brasileira. Tem 24 anos. Desde os tempos do colégio, participa das lutas dos estudantes. Na Faculdade de Medicina foi presidente do Centro Acadêmico. Seu ideal de justiça o levou a lutar pelo socialismo. Ingressou no PCdoB em 1989, quando tinha 18 anos.



Aldo Rebelo - São Paulo

Foi reeleito para o segundo mandato na Câmara Federal por São Paulo e eleito líder da bancada do PCdoB. Conhecido nacionalmente desde o final da década de 70 quando participou da gestão de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Foi presidente da UNE em 1980/81. Em 1988 foi eleito vereador no município de São Paulo e relatou a comissão que investigou as ossadas dos desaparecidos políticos encontradas em Perus. Seu trabalho na Câmara propiciou que escrevesse diversas brochuras, entre as quais, a CPI que puniu anões não viu empreiteiras.



Ricardo Gomyde - Paraná

Tem 24 anos e se licenciou da diretoria da União Nacional dos Estudantes para concorrer à Câmara Federal, sendo o mais votado da coligação. Foi uma das principais lideranças do movimento pelo impeachment de Collor. Estudante de jornalismo, teve seu programa centrado na defesa da educação pública e contra os aumentos abusivos das mensalidades escolares. Defendeu os direitos dos trabalhadores e da juventude.

Haroldo Lima - Bahia

Foi eleito, pelo quarto mandato consecutivo, deputado federal. Em 1982, como o PCdoB ainda era clandestino, se elegeu com 50 mil votos, pelo PMDB, legenda que abrigava os comunistas. Assume o mandato e a vice-liderança do PMDB na Câmara. Em 1985, o PCdoB conquista a legalidade e Haroldo assume a legenda na condição de líder da bancada. Na Constituinte foi líder do PCdoB e participou da Comissão de Sistematização e, posteriormente, da Comissão de Redação.

Na Câmara já participou de várias Comissões Parlamentares. É o atual presidente da Frente Parlamentar Nacionalista.



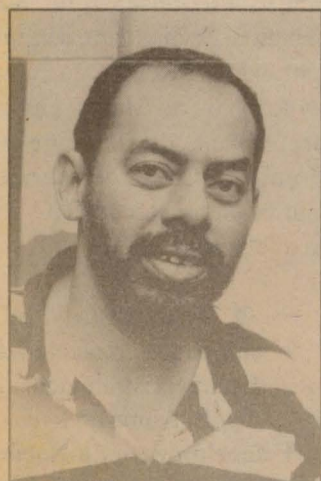
Sérgio Miranda - Minas Gerais

Eleito vereador em Belo Horizonte por duas legislaturas, Sérgio Miranda assumiu o mandato na Câmara dos Deputados em 1993. Em pouco mais de um ano, se firmou por sua atuação séria e combativa. Seu destacado papel como membro da CPI da corrupção do Orçamento foi reconhecido pela imprensa, que o considerou uma das revelações do Congresso. Integrou a Comissão de Constituição e Justiça e uma comissão especial sobre a política habitacional.



Socorro Gomes - Pará

Socorro iniciou sua militância política aos 14 anos. Em 1972 ingressou no PCdoB e as pressões da ditadura militar fazem com que seja obrigada a atuar na clandestinidade, em Alagoas e Pernambuco. Em 1979 foi para o Pará. Em 1984 passa a sofrer ameaças de morte por sua atuação na luta pela reforma agrária. Em 1988 é eleita vereadora de Belém, a mais votada entre todos os partidos. Em 90 é a mais votada para a Câmara Federal. Este é seu segundo mandato na Câmara Federal.



Inácio Arruda - Ceará

Servidor público, foi eleito com aproximadamente 92 mil votos (terceiro mais votado do Estado), através da Frente da Cidadania. Ingressou no PCdoB em 1985. Vereador por Fortaleza, foi considerado o Vereador nota 10, pelo Fórum Popular Constituinte.

Em 93 assumiu mandato estadual sendo considerado pelo Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa do Ceará, um dos quatro melhores deputados do Estado, além de ter sido recordista na produção de projetos de lei e requerimentos, na história da Assembléia Legislativa.

Deputados estaduais

Alice Portugal	Bahia
Denise Carvalho	Goiás
Edmilson Valentin	Rio
Eron Bezerra	Amazonas
Jamil Murad	São Paulo
Jussara Dony	Rio Grande do Sul
Miquéias José de	Distrito Federal
Nivaldo Santana	São Paulo
Sérgio Taboada	Acre

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Plano Real, descendo a ladeira

Passados apenas dois meses que Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República, seu principal mote de campanha, o Plano Real dá mostras visíveis de fracasso.

A primeira semana de março foi dramática para o governo. Em apenas 4 dias o governo se viu obrigado a comprar nada menos que US\$ 8 bilhões de dólares, adotar o sistema de câmbio por bandas e elevar drasticamente a taxa de juros a fim de evitar que o Real se desvalorizasse abruptamente.

Ao mesmo tempo a equipe econômica anunciou sua intenção de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, possibilitar que o capital estrangeiro compre os bancos públicos estaduais, adiar por cerca de 15 dias o pagamento dos funcionários públicos ligados ao Executivo, e utilizar recursos das contribuições sociais para tentar diminuir o déficit do Orçamento.

Demagógicamente, os neoliberais tentam passar a imagem de que o problema não passa de um jogo de forças com os especuladores do mercado de capitais, no qual o go-

verno teria saído vitorioso.

Na verdade o problema é bem outro. O Brasil, país de capitalismo dependente, se encontra no meio de uma crise de proporções mundiais. A crise brasileira, com tempo diferente, é muito parecida com a mexicana e a argentina, nas suas causas e nas soluções que têm sido propostas pelos que ocupam o poder.

Em primeiro lugar não são crises meramente cambiais como se quer fazer crer. São crises das dívidas, sobretudo da dívida externa. O México vive o mesmo problema de 1982, em edição piorada. Naquela ocasião o rombo era de US\$ 5 bilhões, agora é de US\$ 78,8 bilhões. Chegou ao ponto de não conseguir pagar os credores internacionais; algumas empresas declararam moratória. Na Argentina, o sistema financeiro e várias outras empresas também não podem cumprir seus compromissos.

Em segundo lugar, é uma crise do modelo neoliberal, adotado em praticamente toda a América Latina. Contenção da inflação via âncora cambial, privatizações como forma de fazer "caixa", para equilibrar o orçamento, aumento dos impostos e dos juros, tentativa de financiamento do desenvolvimento econômico através do mercado de capitais, abertura da economia à competição internacional, sem qualquer critério, arrocho salarial, etc.

Tanto México quanto Argentina já privatizaram quase todas as empresas estatais e, a depender de FHC, com seu pacote de emendas à Constituição, o Brasil seguirá pelo mesmo caminho. Apesar da comprovação prática da inviabilidade deste modelo, o governo brasileiro maldosamente insiste em dizer que as dificuldades que o país atravessa se devem ao atraso das "reformas estruturais", ou às "amarras" da Constituição.

Tanto México quanto Argentina passaram a acumular enormes déficits na balança comercial e no balanço de pagamentos como um todo,

devido à valorização artificial de suas moedas, à diminuição acentuada das tarifas alfandegárias, e ao pagamento integral das dívidas. Queimaram tudo o que tinham de reservas internacionais para tapar o buraco. E o Brasil segue ainda pelo mesmo caminho. É o que mostra o resultado de nossas contas externas de novembro passado a fevereiro do ano corrente. Chega um momento em que as reservas se esgotam, que os recursos advindos das privatizações acabam, e que o capital especulativo foge. Esta é a lição principal da crise atual.

Sem possibilidade de propor uma ruptura com a atual situação os governos do México e da Argentina adotam medidas que comprometem cada vez mais profundamente a soberania de seus países e altamente prejudiciais aos trabalhadores. No México, a garantia para a "ajuda" norte-americana foi o petróleo mexicano. A "solução" inclui ainda: aumento de 35% no preço da gasolina e de 20% nas tarifas de energia elétrica; alta de 10% para 15% no Imposto so-

bre Valor Agregado (IVA). Conseqüências: 700 mil desempregados adicionais (25% da população já vivem na miséria absoluta), recessão (o PIB decrescerá em 2%) e, inflação de 42% para 95 (7,1% em 94).

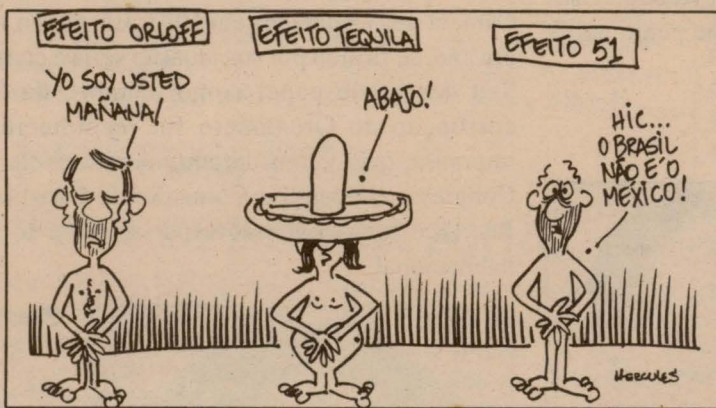
Na Argentina, o ministro Cavallo propôs um pacote de US\$ 6,7 bilhões, assim distribuídos: US\$ 2,7 bilhões do FMI, mais US\$ 1,3 bilhão do Banco Mundial, mais US\$ 1 bilhão do BID, e o restante tomado da "comunidade financeira internacional" que exige como garantia o que resta de ações nas mãos do governo nas empresas que foram privatizadas. Além de um aumento do IVA de 18% para 25%, e da sanção de uma lei que suspende a tramitação de processos judiciais de aposentados e abertura de espaço para o sistema previdenciário privado.

As semelhanças entre as propostas dos governos do México e da Argentina com as de FHC são muito grandes. Mais dia, menos dia o Brasil se defrontará com os mesmos problemas que afligem aqueles países. (Dilermando Toni)

Brasil não é o México

Esta é a afirmação idiota dos tecnocratas, com que pretendem enganar a sociedade e continuar, agora de modo acelerado, com a mesmíssima política que levou o México ao desastre.

É evidente que o Brasil não é o México. Qualquer babaquara desses que vivem deslumbrados com o Primeiro Mundo e com a modernidade sabe disso. Não adianta dizer que o volume das reservas é distinto ou que a taxa de câmbio é mais ou menos flexível ou que esta ou aquela medida de natureza financeira deixou de ser tomada, se a política global definida pelo Consenso de Washington é a mesma. Ela vem sendo estabelecida desde 1979 e compreende um vasto espectro de medidas com abrangência em pelo menos doze direções: disciplina fiscal, corte nos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimentos estrangeiros diretos, privatização, desregulação, propriedade intelectual (industrial), subordinação da moeda nacional ao dólar e integração regional.



Essas medidas foram aplicadas em menor ou maior intensidade de acordo com as circunstâncias na Bolívia, Chile, Argentina, Brasil e México, de modo repetitivo, monótono. Evidentemente, a ênfase estava em relação direta com a importância e a riqueza envolvida, especialmente com os principais patrimônios desses países.

O primeiro a ser tomado como exemplo foi a Bolívia, de triste história contemporânea. Garantido o controle do estanho por grupos oligárquicos internacionais e colateralmente do tráfico de drogas, a "estabilização" estava garantida e a Bolívia voltou praticamente ao que sempre foi, não sendo necessário arrebatá-la, pois sempre esteve nesses con-

dições... Se algo dessa natureza tivesse ocorrido diz-se-ia, então: "Brasil não é Bolívia." Houve até candidato à Presidência da República, que punha a Bolívia como exemplo econômico para o Brasil.

O segundo exemplo foi o Chile que, submetido à tragédia de seu povo, voltou ao século XIX, como mero exportador de produtos primários. Os tecnocratas, os famosos "Chicago's boys", chegaram a entregar às transnacionais as minas de cobre que representavam 70% das exportações chilenas. Os militares porém os obrigaram a retroagir neste ponto. Se tivessem que repetir o que aconteceu no início do processo de demolição, certamente os tecnocratas diriam: "O Brasil não é o Chile".

Na Argentina nada sobrou do que caracterizava uma nação independente. Perdeu seus patrimônios e instrumentos produtivos, nem mais moeda tem... Apesar disso, é dada como exemplo, pois mantém as aparências por meio de índices que nada significam, posto que manipulados pelos especuladores e banqueiros, o que dá no mesmo. Essas aparências, entretanto, estão apenas aguardando a reeleição de Menem para caírem de poder...

Tendo retroagido à fase pré-industrial, com a balança comercial arrebatada e impossibilitada de reagir, com cerca de 30 bancos em processo falimentar, pouco vai sobrar da ex-Argentina... Os cínicos dirão: "Argentina não é Brasil". E os realistas: "Pensem no efeito Orloff..."

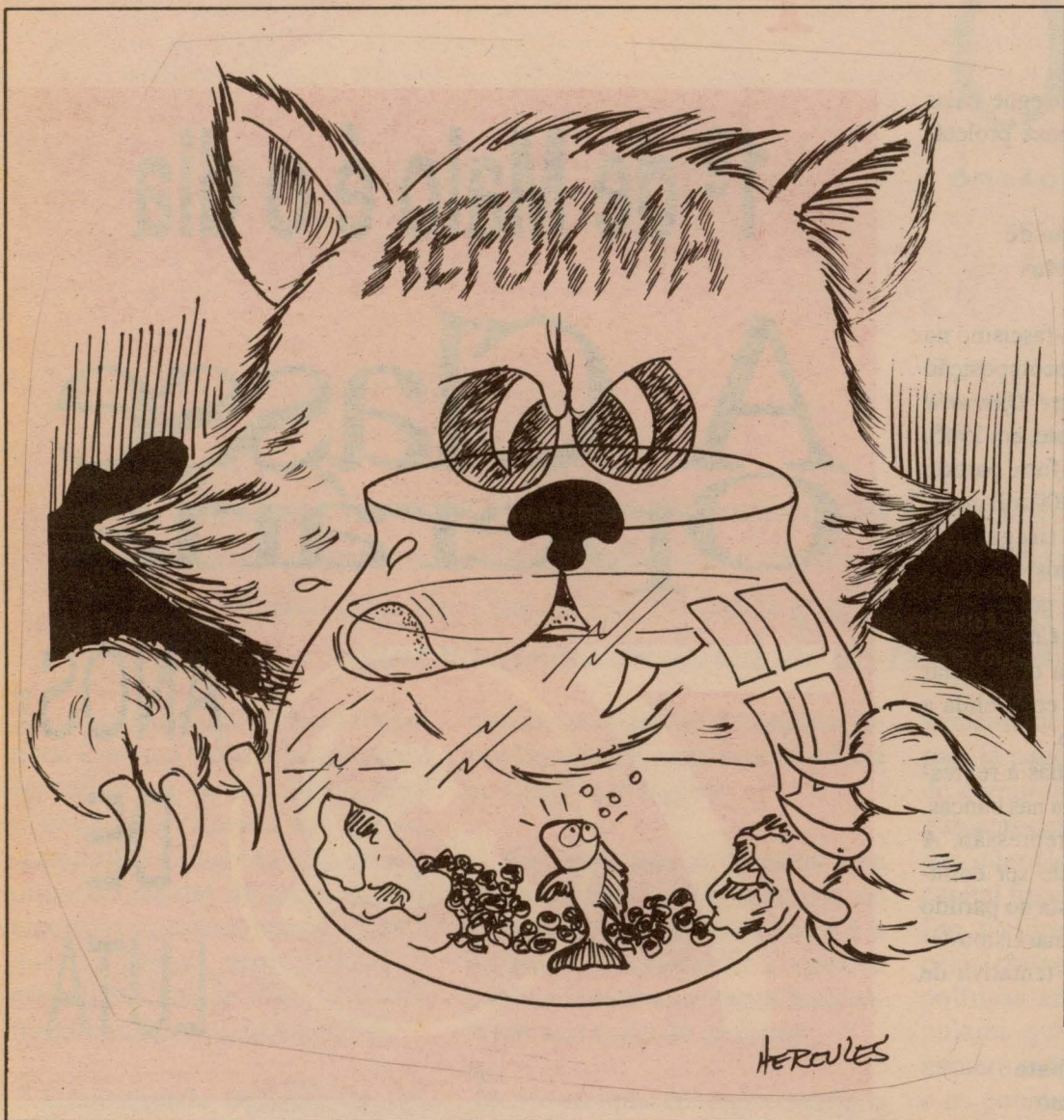
Finalmente, o grande exemplo, cantado em verso e prosa, em que o ciclo dos doze pontos do Consenso de Washington foi rigorosamente cumprido..., o México. Há! Mas o México não é Brasil... e assim ficamos. "O México sucumbiu pois não levou às últimas conseqüências alguns

dos imperativos da receita, como entregar suas gigantes reservas de petróleo", dizem com a maior cara-de-pau. Como se a necessidade de arrebatá-lo, como sucedeu, não se devesse, precisamente, para tomar suas reservas de petróleo.

Se não bastasse o efeito Orloff, agora temos claramente delineado o efeito Tequila. Por falar em álcool, o único programa vitorioso, em todo o mundo, de substituição de derivado de petróleo por fonte energética nacional, está sendo destruído a curto prazo, como conseqüência da fúria de importações de carros estrangeiros... Tudo rigorosamente dentro do Consenso de Washington. Se duvidam, perguntem ao Paulo Renato, ao Serra, ao Arida ou ao Malan. Ou, se preferirem, diretamente ao Bombush. Chega de intermediários! Perguntar ao FHC, para que perder tempo.

(J. W. Bautista Vidal - coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UnB. Autor do livro O Estacelamento da Nação, Fundação Maurício Grabois Vozes, 1995)

Modecom é contra a reforma



No dia 15 de fevereiro foi entregue ao Congresso Nacional um documento elaborado pelo Modecon (Movimento em Defesa da Economia Nacional), onde dezenas de entidades e personalidades se posicionam contra a reforma constitucional. Diz o documento:

“É público e notório que o propósito da revisão ou reforma da Constituição é o de derubar conquistas sociais e - como ponto central, anular os preceitos da Ordem Econômica. Nesta, pretendem cortar exatamente os pontos que defendem os interesses nacionais: o monopólio do petróleo, conseguido por magnífico movimento popular, e o das telecomunicações; o conceito de empresa brasileira de capital nacional; a propriedade do sub-solo. Estas ameaças justificaram a intensidade da campanha do povo brasileiro contra a revisão constitucional.

Recentemente, estarreceu-nos a aprovação do Acordo do GATT sem um indispensável conhecimento e amplo debate de seus termos. Os EUA se reservaram o direito de se retirarem do mesmo quando se julgarem prejudicados. Outra questão, ligada também ao GATT, é a sufocante pressão

do governo norte-americano para que seja aprovado, no Brasil, o projeto de patentes. Ainda aqui, a pressão que se contrapõe, da sociedade civil organizada, protelou até hoje essa consumação.

Concluindo: a Constituição de 88 é clara e aberta a uma eventual e possível necessidade de mudança: o artigo 60 reza que a emenda será aprovada por 3/5 de votos da Câmara e também do Senado, em dois turnos. Mas não fala numa ampla reforma, como pretendem. Para tanto, só outra assembléia constituinte, especialmente convocada e eleita, o que seria, no caso, um disparate.

Cabe, sim, e sempre enfatizamos, a regulamentação da nossa Carta Magna para que possa ser efetivamente aplicada. Cuidem os senhores deputados e senadores dessa regulamentação, e merecerão o apoio e aplauso dos brasileiros.

Iniciamos estas nossas apreciações demonstrando que o plano econômico que se está impondo ao México e à Argentina, que atravessam séria crise econômica, se reflete em manifestações populares, no México, inclusive com insurreição armada. Sirvam-nos esses exemplos de lição,

para evitarmos a pressa indiscutível com que o plano econômico, sob o conhecido refrão da “ingovernabilidade”, pretende ser imposto ao país.

Reportamo-nos, para finalizar, aos termos da carta Modecon enviada no dia 14 de dezembro de 1993 - um dia após o plano do então ministro da Fazenda, FHC - a todos os deputados e senadores, a quem voltamos hoje a dizer:

“Esta é uma primeira e rápida abordagem que fazemos do referido pacote. Voltaremos com análise de seus vários itens econômicos que consubstanciam uma ditadura econômica estrangeira e levam nosso país a maior dependência das grandes potências.

Muita responsabilidade cabe, no momento, a deputados e senadores. De sua atuação, hoje, teremos em breve de lamentar um Brasil ainda mais pobre e dependente, como desejam as grandes potências, ou transmitiremos aos nossos filhos, um país próspero, livre e soberano, com justiça social.

O eleitorado precisa confiar nos seus representantes. A história os julgará.”

O documento é assinado pelas entidades e pessoas que participam do Modecom e por seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho.

CURTAS

O fetiche do Real

Parece incrível! O governo anuncia que o desenvolvimento do país deve ser contido. Também o consumo deve ser reprimido. Tudo em função de sustentar o Real. Que significa isso? Significa transformar a moeda num fetiche, num objeto com poder sobrenatural que tudo resolve. O Brasil é um país onde o desemprego alcança milhões de brasileiros e a fome mata muitos milhões de pessoas. Precisamente, uma moeda forte e estável reclama, antes de mais nada, amplo desenvolvimento econômico e o alargamento do mercado interno, ou seja, do consumo popular.

Desemprego real

A revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas na sua edição de fevereiro em artigo assinado pelo economista Ib Teixeira calcula que no final de 94 existiam no Brasil 9,9 milhões de desempregados, 14,3% de uma população economicamente ativa de 70 milhões de trabalhadores. Essa taxa é quase 3 vezes superior aos 5,06% divulgados pelo IBGE. Teixeira chegou àquele número usando os conceitos de desemprego aberto - desempregados e pessoas procurando emprego - e de desemprego oculto - indivíduos com atividades temporárias, atividades não remuneradas ou com baixa remuneração. Levando em conta estes critérios, que são aceitos internacionalmente, Teixeira conclui que o Brasil é “campeoníssimo” de desemprego no continente latino-americano.

Déficit dos EUA

O Departamento de Comércio dos EUA divulgou em meados de fevereiro o déficit recorde no intercâmbio de mercadorias do país com o exterior em 1994: US\$ 166,29 bilhões, 25,4% superior ao déficit comercial de 93, de US\$ 132,58 bilhões. Só com o Japão os EUA ficaram negativos em US\$ 65,67 bilhões. Desde meados da década de 70, com exceção de apenas dois anos, os EUA apresentam déficits comerciais acima dos US\$ 100 bilhões. Isso se constitui em um dos principais fatores da crise estrutural da economia norte-americana.

Triste recorde alemão

Pela primeira vez na pós-guerra a taxa de desemprego em toda a Alemanha atingiu 10% da população economicamente ativa. São 3,85 milhões de trabalhadores desempregados, dos quais 2,745 milhões na parte ocidental e 1,105 milhões na parte oriental.

Sangue-suga

Só nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, as empresas estrangeiras que operam no Brasil enviaram às suas matrizes US\$ 3 bilhões a título de lucros e dividendos apurados em seus balanços de 1994. E o governo FHC e forças conservadoras ainda têm a coragem de dizer que a Constituição de 88 atrapalha a vida do capital estrangeiro no nosso país.

PCdoB na Câmara Municipal

O vereador Sérgio Nogueira, do PCdoB, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Xique-Xique, Bahia. A eleição de Nogueira se deu por sete votos a seis. A chapa vitoriosa congrega toda as forças de oposição à oligarquia do deputado Reinaldo Braga, do PFL, que há 16 anos comandava a Câmara de Vereadores. Fazem parte da mesa da Câmara, vereadores do PT, PL e PSDB.

Exame de DNA

O projeto que obriga a rede pública hospitalar a realizar o exame de DNA, para reconhecimento de paternidade, de autoria da deputada federal Socorro Gomes, do PCdoB, foi aprovado no Senado Federal no dia 7 de março, véspera do dia internacional da mulher e agora vai à sanção do Presidente da República. Com a aprovação do projeto, todas as mulheres terão acesso gratuito ao exame de DNA, o mais eficiente para identificação de paternidade. Hoje, são centenas de processos que se amontoam nos tribunais, considerando que os custos desse exame são inacessíveis para a maioria da população.

Assassinos condenados

No dia 17 de dezembro passado o Tribunal do Juri de Belém do Pará condenou a 24 anos de prisão o pistoleiro José Serafim Sales, o Barreirito, pelo assassinato de Expedito Ribeiro que na ocasião de sua morte era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e membro do Partido Comunista do Brasil. O capataz da fazenda Nazareno, Francisco de Assis Ferreira, acusado de intermediar a contratação do pistoleiro, foi condenado a 21 anos. O fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim, acusado de ser o mandante do crime encontra-se foragido. A morte de Expedito ilustra a estatística de 172 mortes por conflitos de terra ocorridos no sul do Pará. Essa foi a primeira vez que a Justiça manda para a cadeia os autores materiais de um crime de terra.

Um jornal que resiste

No dia 1º de maio, *A Classe Operária* completa 70 anos de existência. São 70 anos de uma história marcada pela defesa dos interesses dos trabalhadores, com todas as consequências que daí derivam.

Órgão central do Partido Comunista do Brasil, nasceu, em 1º de maio de 1925, do entendimento de que era impossível travar a luta de idéias e fazer o Partido crescer sem um instrumento que divulgasse essas idéias. Era uma época em que não existia a televisão e o jornalismo impresso era a forma mais moderna de comunicação.

A Classe Operária atravessou estes 70 anos circulando, muitas vezes, na clandestinidade. Foi perseguida e fechada pelos governos mais reacionários (e não foram poucos) da história do Brasil. As pessoas responsáveis pela sua circulação, muitas, foram torturadas e mortas. Mas esse jornal ressurgiu sempre, um mês ou um ano depois, defendendo os mesmos ideais de seus fundadores.

Um jornal para os trabalhadores

No dia 1º de maio de 1925 é lançado o primeiro número d'*A Classe Operária*. A chamada é *Um jornal de trabalhadores para trabalhadores*. A tiragem inicial é de cinco mil exemplares, vendidos nas fábricas e nos sindicatos.

No dia 18 de julho de 1925, sem qualquer justificativa legal *A Classe Operária* é fechada pelo governo.

O jornal reaparece em 1º de maio de 1928 fazendo a denúncia da exploração sobre os trabalhadores e da política reacionária de Washington Luis. Divulga orientação do PCdoB e da III Internacional.

Em meados de 1929 a redação é invadida pela polícia e depredada. O mesmo ocorre com sedes de sindicatos. A partir daí, o jornal começa a circular na clandestinidade.

Entre 1930 e 1933, com a instalação do governo de Getúlio Vargas, *A Classe Operária* sofre violenta perseguição policial. Em 1935 o jornal se destaca na preparação da insurreição nacional libertadora. Derrotado o movimento dirigido pela ALN (Aliança Nacional Libertadora), a repressão investe furiosa contra o jornal dos comunistas.

Entre 1936 e 1939, apesar da descoberta pela polícia de várias de suas oficinas e do assassinato de gráficos que a imprimem, *A Classe Operária* aparece sempre, estimulando os comunistas e os patriotas a combaterem o fascismo.

No início de 1940, o PCdoB sofre um duro golpe e sua direção é encarcerada. Felinto Muller, assessorado pe-

la Gestapo de Hitler, consegue calar temporariamente a imprensa proletária.

Expressa a opinião de 200 mil comunistas

Com a derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial e a decomposição do Estado Novo, *A Classe Operária* volta a funcionar legalmente, em 1945. Exprime a opinião de um forte partido comunista, com cerca de 200 mil membros. Alcança grandes tiragens. É reeditada em vários estados.

Durante o governo do general Dutra, entre 1946 e 1948 *A Classe Operária* torna a ser proibida de circular várias vezes. Em 1948 é compelida a suspender sua publicação.

Em 1951 reaparece, mas a repressão continua: é apreendida nas bancas.

Em 1953, devido a repressão, *A Classe Operária* deixa de ser editada. Com o surto revisionista no partido e a traição de Prestes ao marxismo-leninismo (1956-57) toda tentativa de reeditá-la é abandonada.

Centro do combate ao revisionismo

Em março de 1962 inicia uma fase revolucionária para *A Classe Operária*. Volta a circular legalmente, tendo como editor Maurício Grabois e como redator-chefe, Pedro Pomar. O jornal é o centro de combate ao revisionismo.

Em julho de 1963, *A Classe Operária* traz o documento "*Resposta a Kruschew*", que desmascara a política revisionista do PCUS e faz fundamentada defesa da reorganização do PCdoB.

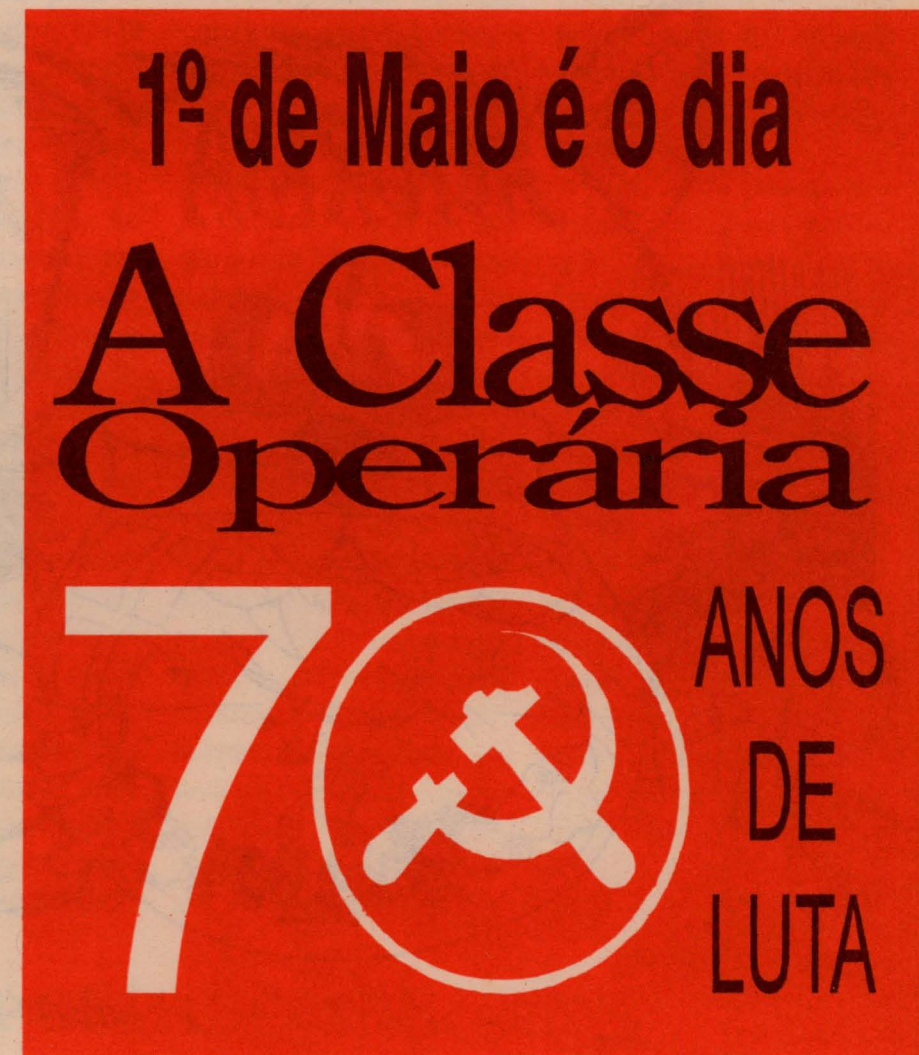
Em março de 1964 é impresso legalmente o último número de *A Classe Operária*, criticando Prestes que havia afirmado numa rede de televisão em São Paulo que a reação estava definitivamente batida. Em abril de 1964 *A Classe* é fechada pelos golpistas.

Uma trincheira de luta na ditadura

Em primeiro de maio de 1965 *A Classe Operária* volta a circular na clandestinidade. Diz o editorial *Trincheira de Luta*: "Há pouco mais de um ano era arbitrariamente suspensa *A Classe*, combativo e valoroso órgão do proletariado revolucionário... Hoje, sua palavra se faz novamente ouvir. É mais uma fase de sua heróica resistência".

Em 1972 a polícia invade o local onde é impressa *A Classe Operária*, em São Paulo. Confisca suas máquinas e tortura os que nela trabalham.

Em janeiro de 1975, seu número 93 publica a resolução do Comitê Central do PCdoB sobre a comemoração do 50º



aniversário de fundação d'*A Classe Operária*.

Jornal é editado fora do Brasil

Em 1976, *A Classe Operária* passou a ser editada no exterior. Depois da chacina da Lapa, quando morreram importantes dirigentes do PCdoB e boa parte de sua direção se encontrava no exterior.

Um patrimônio a preservar

Esta fase tem início após a realização do 7º Congresso do PCdoB, em maio de 1988. Vários projetos gráficos foram implementados e contribuíram para torná-lo um jornal mais atraente.

Circulando legalmente, o jornal já passou por várias dificuldades financeiras, responsável por diversas interrupções nesse período. A última delas foi entre agosto de 94 e fevereiro de 95.

Neste primeiro semestre de 95 será publicado mensalmente, junto com a *Tribuna de Debates* para a Conferência sobre o Programa Socialista do PCdoB. Esperamos que esta situação seja apenas transitória e que o Partido encontre solução mais duradoura para a sua imprensa. Para que isso aconteça é necessário o crescimento quantitativo e qualitativo do Partido. É preciso também que os comunistas se debruçam a entender melhor as novas tecnologias e os novos processos de comunicação.

para que novos instrumentos possam ser utilizados na divulgação de suas idéias.

O Brasil é um país continental, de enormes proporções geográficas e diferenças regionais. Isso torna mais difícil a elaboração de um jornal que consiga cobrir o que acontece em cada Estado e dificulta a distribuição. Mas, por outro aspecto, existe a necessidade de um instrumento que divulgue nacionalmente a política do PCdoB, que unifique suas lutas.

A Classe cumpre esse papel fundamental de divulgar e unificar a política do PCdoB. Mesmo que hoje existam outras formas e instrumentos. Neste ano, o PCdoB terá direito a quatro programas de rádio e televisão, com duração de 30 minutos cada um. Alguns estados mantêm jornais e boletins, às vezes com tiragem maior do que *A Classe* e, em muitos deles, a distribuição é gratuita. Os gabinetes dos parlamentares comunistas mantêm boletins e jornais distribuídos gratuitamente através de mala direta.

São instrumentos que desenvolvem e opinam sobre as políticas regionais. No caso dos parlamentares, servem para manter um vínculo com os movimentos sociais e com os eleitores. São importantes ao cumprir esse papel mas não substituem o órgão capaz de unificar politicamente o partido.

Por isso é fundamental que *A Classe Operária* tenha lugar de destaque nas preocupações dos comunistas. É um patrimônio do PCdoB que precisa ser preservado.